



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: “Restauração conservadora e novas resistências”
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.

A centralidade do termo pobreza nas políticas sociais na contemporaneidade

Julia Gomes Novaes ¹

Resumo: Este trabalho tem o intuito realizar uma breve análise sobre o discurso de “combate à pobreza” reproduzido pelos aparelhos privados de hegemonia do capital pautados na matriz neoliberal – como os organismos internacionais – e esclarecer sua verdadeira intencionalidade em promover a manutenção do capitalismo e conseqüentemente da desigualdade inerente ao modo de produção capitalista. Além de demonstrar como o governo PT foi importante para consolidar a estratégia de “combate à pobreza”, pela via da Assistência Social, estabelecendo um papel de regulamentação do padrão do trabalho precário assumido com a acumulação flexível.

Palavras-chave: políticas sociais; pobreza; capitalismo.

The centrality of the term poverty in contemporary social policies

Abstract: This paper intends to make a brief analysis of the discourse of "fight against poverty" reproduced by the private apparatuses of hegemony of capital based on the neoliberal matrix - like the international organisms - and to clarify its true intentionality in promoting the maintenance of capitalism and consequently of the Inequality inherent in the capitalist mode of production. In addition to demonstrating how the PT government was important to consolidate the strategy of "fighting poverty" through Social Assistance, establishing a role of regulating the pattern of precarious work assumed with flexible accumulation.

Keywords: social politics; poverty; capitalism.

I- Introdução

Com a separação dos meios de produção do trabalhador, os capitalistas se apropriaram dos mesmos, convertendo-se responsáveis e detentores da organização do trabalho e da riqueza socialmente produzida. O trabalho passa a ter um valor de uso de subsistência para o trabalhador. Esse processo designa uma dependência do trabalhador com a venda da sua força de trabalho, caracterizando-o como assalariado. Sedimenta-se um modo de produção cujas bases são mercadoria e a propriedade privada, mercantilizando as relações sociais, reificando as necessidades humanas e polarizando

¹Graduada em Serviço Social pela UFF e Mestranda em Serviço Social da UFRJ. E-mail: <julianovaes@id.uff.br>

duas classes distintas: a burguesa e o proletariado. As relações de produção no capitalismo estabelecem o antagonismo entre classes, promovendo relações sociais contraditórias e desiguais.

Segundo Marx (1985), a singularidade desse modelo de acumulação é que a finalidade de comprar força de trabalho não é para satisfazer as necessidades do comprador, mas sim para valorizar seu capital, produzir mercadorias que contenham mais trabalho do que o empregador paga. Para que ocorra a extração da mais-valia obtida a partir da apropriação do trabalho não-pago de cada trabalhador pelo capitalista, sendo efetivada no momento da venda da mercadoria. Ou seja, a produção de mais-valia é a lei absoluta do capitalismo, como afirma Marx.

Marx elucida que a superpopulação relativa² é uma necessidade da acumulação capitalista, em que o capitalismo além de explorar a força de trabalho disponível, necessita da manutenção de um exército industrial de reserva de trabalhadores para obter liberdade de ação, para consolidar relação de dependência do proletário com o trabalho configurado no modo de produção capitalista. Por conseguinte, a questão social revela-se inseparável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que tal processo produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras. A organização da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza³.

Esta é a lei estrutural do processo de acumulação do capital. O modo de produção capitalista é fundamentado na desigualdade e na reprodução da pobreza. Por conseguinte, entender a questão social é, sobretudo, considerar a exploração da força de trabalho pelo capital. É importante ressaltar que em cada estágio de desenvolvimento do capitalismo, a questão social assume novas expressões. De acordo com Iamamoto e Carvalho, a questão social,

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. [...] “...manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o

² De acordo com Marx (1985, p.205), “a superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta”, por meio da superpopulação relativa é realizado o ciclo do movimento de salários e é perpetuada a exploração de trabalho do assalariado. Segundo Maranhão (2010), a superpopulação relativa é de suma importância para a manutenção do capitalismo, porém é um processo histórico e dialético caracterizada por determinantes políticos e sociais, não podendo ser compreendida por meio de uma lei absoluta, imutável.

³ Maranhão (2010) elucida a desigualdade social fundamentada pela reprodução do modo de produção capitalista, “20% da população do mundo detém 82,7% do conjunto da renda; os 20% seguintes, 11,7% e os 60% restantes da população mundial dividem entre si somente 5,6% da riqueza produzida pelo conjunto do planeta” (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 22 apud MARANHÃO, 2010, p.95).

proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1983, p. 77)

No que tange ao Brasil, Castelo (2012) aborda características fundamentais da formação sócio-histórica brasileira, como o processo de industrialização brasileiro em 1930 que formalizou uma relação entre Estado e a burguesia nacional emergente, sem romper com a velha roupagem – os latifundiários –, como uma forma de resposta à crise de 1929 que assombrou o cenário mundial. Partindo desse fato histórico, podemos afirmar que o Brasil⁴ obteve a implementação do capitalismo formalizando acordos entre as novas e velhas classes dominantes. Desse modo, promovendo a “manutenção de antigas estruturas coloniais, com destaque para algumas expressões da questão social, como a agrária, racial e a democrática” (CASTELO, 2012, p.620).

Tendo em vista que o surgimento das políticas sociais está coadunado ao reconhecimento da classe trabalhadora e a luta de classes em busca da efetivação dos direitos sociais, como forma de enfrentamento “parcial” das expressões da questão social. No que tange ao Brasil, a organização do trabalho foi permeada pelo escravismo, informalidade e cooptação devido a formação sócio-histórica brasileira como abordam Behring e Boschetti(2011). Dessa forma, no Brasil o sistema de proteção tem um caráter frágil, segundo Boschetti,

Nos países do capitalismo periférico como Brasil, as políticas sociais jamais instituíram um amplo e universal sistema de proteção social e sua residualidade e regressividade não foram capazes de agir na redução das desigualdades e superação da pobreza estrutural. (2016, p. 20)

II- Desenvolvimento

No contexto da crise global, na década de 1970, que encerrou os anos de avanço econômico capitalista no pós-guerra e culminou na crise do Welfare State, mudanças ocorreram na estrutura de produção/acumulação e regulamentação/produção do capital (BEHRING, 2008, p. 177). A estrutura estabelecida no keynesianismo-fordismo foi esgotada após a crise da superprodução, uma reestruturação produtiva pautada nas técnicas do modelo toyotista, iniciado em 1950 no Japão, foi proposta para transformar o esqueleto da produção capitalista. As configurações do trabalho foram modificadas, a

⁴ “Assim sendo, a formação econômico-social brasileira foi forjada pelo desenvolvimento desigual e combinado entre distintos modos de produção, no qual o capitalismo detém o controle econômico, político e cultural frente aos demais.” (CASTELO,2012, P.620)

produção era realizada a partir da demanda e operava em estoque mínimo; o trabalhador tornou-se polivalente; com a criação da horizontalidade da produção, o setor de serviços, consolidou-se a terceirização; o novo tipo de acumulação – a flexível – implicou na precarização das formas de trabalho e a intensificação da exploração do trabalho que alavancaram (BEHRING, 2008). O aumento do desemprego estrutural, os cortes salariais, o retrocesso dos direitos trabalhistas, a diminuição do poder sindical foram resultados da instauração da reestruturação produtiva. A ofensiva neoliberal e a “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996) foram determinantes – devido ao seu caráter ideológico – para a implementação da reestruturação produtiva e busca pela retomada do crescimento econômico.

O neoliberalismo⁵ emergiu como resposta à crise dos anos 1970, período em que a expansão de crescimento capitalista sofreu uma recessão, em uma das maneiras do capitalismo se reinventar, a ofensiva neoliberal surgiu como estratégia para retomar a alavanca do crescimento. Em resposta, uma onda liberal-conservadora instaurou-se no cenário político mundial. Devido a designação de presidentes com enfoque neoliberal nas grandes potências mundiais, como nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan e com Margaret Thatcher no Reino Unido. Segundo Harvey (2008), a consolidação do neoliberalismo foi pautada na criação de um consentimento – desde intelectuais, meios de comunicação, partidos políticos e propriamente o Estado – fundamentada no conceito de liberdade, para constituir o neoliberalismo como “naturalmente” a alternativa para a superação da crise.

No ano de 1989, os maiores defensores dos ideais neoliberais encontraram-se para uma reunião em Washington, para realizarem uma análise das medidas tomadas, seus resultados e as possibilidades de ações futuras. Entre os participantes, estavam FMI, Banco Mundial e o Tesouro norte-americano. Nesta reunião, denominada de Consenso de Washington, foi deliberado um conjunto de reformas⁶ para o âmbito econômico

⁵ O neoliberalismo surgiu após a II Guerra Mundial por Friedrich Hayek, como forma de enfrentamento ao Estado intervencionista e de bem-estar. Porém, só ganhou reconhecimento e força nos anos 1970 (ANDERSON, 1995).

⁶Williamson destaca dez propostas do receituário do “Consenso de Washington”:(1) disciplina fiscal, ou seja, redução dos gastos públicos, na tentativa de manter um superávit orçamentário; (2) prioridades de gasto público – reduzir o papel do Estado na economia, redirecionando o gasto para as áreas desinteressantes para o investimento privado – geralmente, bens públicos; (3) reforma tributária, tornando a tributação menos progressiva; (4) liberalização financeira, cujo objetivo máximo é deixar que a taxa de juros seja determinada pelo mercado; (5) manutenção da estabilidade da taxa de câmbio; (6) liberalização; (7) abolição das barreiras à entrada de investimentos externos diretos no país; (8) privatização das empresas estatais; (9) abolição das regras que impedem a entrada de novas firmas do setor e (10) o sistema legal deve assegurar direitos de propriedade. (WILLIAMSON, 1993, p. 1332 apud UGÁ, 2004, p.56).

direcionada para a região da América Latina e Caribe. Essas reformas tinham o intuito de fundamentar os governos dos países periféricos sob os moldes neoliberais. As medidas neoliberais foram publicadas em 1990, em um receituário organizado por John Williamson, com algumas novidades adicionadas a política neoliberal defendidas por esses organismos desde os anos 1970 (PEREIRA, 2009).

Após o Consenso, as eleições presidenciais na América Latina tiveram vencedores compactuados com o ideário neoliberal, como o Fernando Collor de Mello no Brasil, em 1989. Além disso, com a globalização financeira foi proporcionada a abertura dos sistemas financeiros dos credores internacionais. Como consequência, nos países dependentes ocorreu uma mudança no perfil das políticas sociais. Pautando-se nas medidas deliberadas, cortes nas políticas sociais foram realizados em prol de um crescimento econômico regulamentado pelas leis do mercado a fim de recuperar a credibilidade dos países periféricos no cenário internacional. Este processo foi denominado como primeira geração de ajustes neoliberais. Sob a influência de organismos internacionais – como FMI e o Banco Mundial – elementos da política interna dos países sofreram mudanças. Foram previstas medidas com alto impacto social, que alterassem a política cambial, a redução das restrições alfandegárias e não alfandegárias, diminuir as tarifas públicas e instaurar um controle fiscal e orçamentário (MAURIEL, 2013).

O enfrentamento aos impactos sociais foi por meio de políticas sociais compensatórias e focalizadas, direcionadas aos setores mais necessitados e impactados pelo ajuste da população, com um caráter transitório – até a retomada do crescimento dos países. As ações eram pautadas no assistencialismo com iniciativa compensatória direcionadas a um determinado público-alvo. A focalização em determinados grupos possuía a função de promover uma maior eficiência nas políticas sociais, mas no fim da primeira geração de ajustes provou ter um papel contraditório pois contribuía para a não efetivação dos direitos sociais. O que ocasionou em uma busca por um termo que correlacionasse focalização e universalidade para preencher as lacunas deixadas pela primeira geração de ajustes, buscando um caráter “mais humano” aos ajustes da segunda geração (MAURIEL, 2013).

No cenário pós-Consenso, determinantes como a generalização da crise estrutural e a ascensão de partidos de esquerda ao governo em alguns países da América do Sul, sustentaram a necessidade de reaver as “reformas neoliberais” implementadas na primeira

geração de ajustes neoliberais (PASTORINI; MARTINEZ, 2014). As prescrições realizadas pelo Consenso de Washington obtiveram sucesso no quesito de controlar a inflação, mas não resultaram em crescimento. Diante da sua ineficiente intervenção em certos assuntos como por exemplo: no enfrentamento à pobreza absoluta; em relação à questão econômica chinesa e da situação asiática e na construção de mecanismos de controle dos mercados financeiros; se fez necessário sob uma atuação pautada na boa governança e na governabilidade, de acordo com o Banco Mundial, uma extensão do Consenso de Washington. Foram acrescentadas novas medidas, como “a governança corporativa, medidas contra corrupção, liberalização ampliada ao mercado de trabalho, adesão aos princípios da Organização Mundial do Comércio, constituição das redes de proteção social e objetivos definidos para o combate à pobreza absoluta”, foram algumas dessas novas prescrições (SALAMA, 2005, p.14 apud MAURIEL, 2013, p.104).

O termo pobreza, a partir de 1990, adquire centralidade nas políticas sociais e transforma-se em objeto de estratégia de enfrentamento dos organismos internacionais, como o Banco Mundial⁷. Com o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e com o desemprego estrutural consequente da primeira geração de ajustes neoliberais e suas medidas austeras, tornou-se prioridade estratégias de enfrentamento às expressões da questão social, como a pobreza e a fome, ganhando um grande espaço nos discursos governamentais. Isso porque, no processo de integração dos mercados a pobreza ressaltava o alto nível de desigualdade (MAURIEL, 2008, p.165).

O combate à pobreza não encaminha soluções para a construção de um mundo mais justo, mas funciona para legitimar a globalização desequilibrada. Assim, a questão social, reduzida à “questão da pobreza”, pode ser resolvida no plano da filantropia ou no ético-social, no qual o Estado não precisa ser, necessariamente, o agente executor exclusivo ou majoritário dos serviços coletivos de “proteção”, porém apenas um promotor ou incentivador da “sociedade civil”. (MAURIEL, 2008, p. 166)

Ao longo dos anos foi possível observar a presença de organismos internacionais como principais gestores do gerenciamento da pobreza e da questão social para os países periféricos. Esta forma de enxergar o termo pobreza – que se tornou dominante a partir da conquista hegemônica neoliberal– legitima o redirecionamento da atuação do Estado.

⁷ A partir da sua criação em 1944, não poderia se imaginar a dimensão da atuação que o Banco constituiu ao longo do tempo. A expressão Banco Mundial atualmente abrange dois órgãos do Grupo Banco Mundial, o BIRD e AID, que têm como objetivo prover financeiramente os países. No entanto, as prioridades dessa provisão se alteraram no decorrer da história da instituição, podendo perceber a formação de uma clientela fixa do Banco Mundial: os países periféricos. Operando com papéis importantes: intelectual, político e financeiro sob os moldes da matriz neoliberal.

Pensar a hegemonia na atualidade do imperialismo financeirizado exige ser capaz de compreendê-la à luz do quadro internacional, identificando-se os agentes e agências que vem atuando como elaboradores e divulgadores de práticas sociais concretas, como o FMI e Banco Mundial, o que é realizado a partir da prática político-pedagógica disseminada (e apoiada financeiramente) pelos organismos internacionais. (FONTES, 2010, p.188)

O discurso reproduzido pelo ideário neoliberal associa a pobreza às características individuais, promovendo uma mistificação da sua gênese. Esse processo proporciona a naturalização da pobreza, afastando-a da sua origem – da estrutura societária – e transformando-a em algo intrínseco à existência humana. Essa visão da noção da pobreza “justifica” ações de enfrentamento à pobreza voltadas ao desenvolvimento pessoal do indivíduo, já que este desencadearia o desenvolvimento da sociedade em geral. Os mecanismos de “combate à pobreza”⁸ tornaram-se necessários para o funcionamento do mercado, pois estão pautados na lógica de desenvolver capacidades e competitividade, além de promover as liberdades políticas e econômicas individuais (MAURIEL, 2013).

Após o fracasso da primeira geração de ajustes neoliberais – contrarreforma do Estado brasileiro – no país atribuído às altas taxas de desigualdade e desemprego que assombraram o país ao final do segundo mandato do governo FHC, a faceta mais humana do capital emerge com a implementação do social-liberalismo no país com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência em 2002. O governo PT consolidou o modelo econômico neoliberal⁹, e seguiu a recomendação de organismos multilaterais como o Banco Mundial, na formulação gestão e implementação de políticas assistencialistas e focais como medidas de enfrentamento e “combate à pobreza”.

Sobre a coadunação do PT com os interesses da elite brasileira, é necessário considerar que as mesmas classes dominantes que ficaram receosas com Lula nas primeiras eleições presidenciais diretas, devido a sua origem popular, enaltecem as conquistas do governo petista. Castelo (2012, p. 614) cita “o apassivamento das lutas da classe trabalhadora atribuído ao transformismo do governo PT”, que culminou na aprovação das classes dominantes, tanto internacionais quanto nacionais, pela manutenção dos seus privilégios com o desenvolvimento capitalista empregado pelo

⁸ A autora utiliza o termo entre aspas pois compartilha da opinião de que essas políticas não possuem a intencionalidade de romper com a pobreza, conseqüentemente nem com a estrutura do capital.

⁹ Ao longo da década de 1990, o partido funcionou como oposição de governo e com uma estratégia de enfrentamento às políticas neoliberais implementadas pela coalização conservadora. Porém, para ganhar a disputa presidencial, realizou alianças um tanto quanto diferenciadas e contraditórias; assumiu compromisso com partidos de visões distintas e com os grandes empresários e os trabalhadores.

governo PT. No governo Lula, a manutenção das altas taxas de lucros e juros capitalistas foram garantidas devido ao favorável cenário internacional que permitiu “diminuir levemente a taxa de juros, manter altas reservas em moeda internacional e investir em crédito e consumo interno” (PEIXOTO, 2014, p. 131). Inclusive, as estratégias realizadas no primeiro mandato do governo Lula sustentavam-se nas três medidas principais do Consenso de Washington implementadas pelo governo FHC – as taxas de câmbio flutuantes, a busca pelo superávit primário e metas inflacionárias.

Com a segunda geração de ajustes, buscou-se uma correlação entre focalização e universalidade para direcionar as políticas para “combate à pobreza”, utilizando os termos equidade e justiça como princípios norteadores das políticas sociais. Com propósito de proporcionar eficiência e um melhor provimento dos serviços básicos alega-se que os mais necessitados, que não possuem os direitos, mereçam o provimento dos serviços sociais pelo Estado. Os que possuem acesso a estes direitos não deveriam ser público-alvo destas políticas. Desta forma, constrói-se um novo conceito para universalismo, o universalismo básico (NARBONDO, 2006 apud MAURIEL, 2013).

Para retratar um exemplo de país que assumiu a estratégia de “combate à pobreza”, a realidade brasileira é profícua no que tange ao discurso de “fim da pobreza”, a funcionalidade dessa estratégia para o desenvolvimento do sistema capitalista e suas bases valorização e reprodução. Em outubro de 2003, foi elaborado o Programa de Transferência de Renda com Condicionais, conhecido como Programa Bolsa Família, unificando os programas já existentes e representando a premissa de uma tendência à implementação massiva de programas de transferência de renda no país. O presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz durante 2005-2007, afirmou que “o Bolsa Família se tornou um modelo altamente elogiado de políticas sociais. Países, ao redor do mundo, estão aprendendo lições com a experiência brasileira e estão tentando reproduzir os mesmos resultados para suas populações” (COGGIOLA, 2013, p. 78). O Brasil se tornou exemplo para os modelos neoliberais na temática do “combate à pobreza” no contexto mundial com a implementação do PBF.

Segundo Castelo (2013), o segundo mandato do Lula e o governo Dilma foram marcados por uma aproximação com a ideologia de um “novo desenvolvimentismo” – uma disseminação de uma falsa era pós-neoliberal. A ideologia neodesenvolvimentista é uma particularidade brasileira – criada em berço tucano em 2004 por Luiz Carlos Bresser

Pereira – atribuída ao governo Partido dos Trabalhadores com a finalidade de mistificar um rompimento com o modelo neoliberal defendendo uma maior intervenção estatal na economia e na questão social, mais investimentos em infraestrutura com o intuito de propiciar um crescimento e distribuição de renda. Castelo afirma que a política econômica não possui força suficiente para romper com um padrão de acumulação capitalista, essas transformações dependem de revoluções pertencentes ao campo político. As medidas econômicas do governo PT permaneceram subordinadas à política macroeconômica mundial perpetuando a dependência ao capital financeiro tanto nacional quanto internacional.

No que concerne ao enfrentamento das expressões da questão social, as políticas de “combate à pobreza” ganharam centralidade nas políticas sociais no governo PT a partir da influência da concepção de pobreza assumida pelo discurso neoliberal e disseminada pelo Banco Mundial. A estratégia do “combate à pobreza” foi implementada por meio da política de Assistência Social, inserida no tripé da Seguridade Social. Segundo Mota (2010) em seu estudo sobre a política de Assistência Social afirma que ocorre uma centralidade da mesma na Seguridade Social devido à implementação e funcionalidade da estratégia de combate à pobreza via Assistência Social, conferindo à esta política uma expansão ideológica da sua funcionalidade e por isso ocorre sua centralidade a partir do governo PT. A pobreza e a miséria ganharam centralidade em relação às outras expressões da questão social – por serem suas expressões mais explosivas e notórias em contraste com o crescimento econômico vivido pelo Brasil nesse período.

III- Considerações Finais

Na América Latina, o Banco Mundial assim como outros organismos sociais como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), conquistaram um espaço fundamental após o neoliberalismo tornar-se ideologia hegemônica, como Druck e Filgueiras (2007, p. 26) colocam “as diretrizes do Banco Mundial passaram a ser respeitadas, defendidas e aplicadas – com a substituição crescente dos poucos direitos sociais conquistados pelas ‘políticas de combate à pobreza’”. A noção de pobreza presente no discurso disseminado na conjuntura da “globalização” tem um funcionamento para a economia mundial, “assim, o desemprego mundial torna-se uma ‘alavanca’ da acumulação de capital global e a pobreza em massa regula os custos internacionais do

trabalho” (MAURIEL, 2008, p.203). Numa ótica neoliberal e sob a configuração do trabalho estabelecida com a reestruturação produtiva e com a acumulação flexível, as políticas de “combate à pobreza” possuem um papel de reguladoras do padrão do trabalho precário.

Diante disso, é importante fomentar a discussão teórica acerca dessa temática para que haja uma compreensão do verdadeiro objetivo da matriz neoliberal e de seus aparelhos privados, como Banco Mundial, em disseminar a centralidade das políticas de “combate à pobreza”. Com o intuito de compreender a funcionalidade dessa estratégia, ilustrando quão benéfico para o capital torna-se a disseminação dessas políticas – que possuem alto impacto e baixo custo – além de reproduzir a ideologia neoliberal.

Em resumo dos pensamentos de Mota (2010) e Boschetti (2016), a política de Assistência Social sofre um redimensionamento ideológico e ganha centralidade na Seguridade Social – em que se prioriza o investimento na mesma em detrimento dos investimentos na Saúde e na Previdência Social. Em um contexto atual, um exemplo da privatização dos serviços de saúde e as tentativas de aprovar a Reforma da Previdência, transferindo a responsabilidade de regulamentação para Assistência Social e seus programas e benefícios. Vale ressaltar que a história dessa política esteve pautada na relação entre órgãos da sociedade civil e Estado.

Boschetti (2016) retrata em seu texto, que em momentos de crise estrutural do capital – momentos em que o capitalismo promove ações para sua reformulação e consolidação – a política de Assistência Social

“(…) participa mais ativamente do processo de reprodução ampliada da força de trabalho, não mais na condição de política subsidiária aos direitos do trabalho, previdência, saúde e demais políticas sociais, mas na condição de política central de garantia de recursos mínimos para assegurar o consumo e a reprodução da força de trabalho e daqueles que não podem trabalhar. Ao invés de processar ou participar na universalização do acesso a bens e serviços públicos, se avoluma na prestação de benefícios assistenciais ínfimos enquanto se reduzem os investimentos nas demais políticas sociais.” (BOSCHETTI, 2016, p.21)

Este artigo é fruto do meu projeto inicial do meu objeto de estudo do mestrado, dessa forma, o conteúdo presente nele é uma aproximação parcial sobre a temática, em que pretendo me aprofundar no decorrer da pós-graduação. Porém, vale ressaltar a necessidade de se pensar e compreender o capitalismo e suas formas de promover sua manutenção, ou seja, da perpetuação da miséria e da desigualdade.

IV- Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n.2, p. 16-29, maio/ago. 2016.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, jan./jun. 2013, p.119- 138.

_____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas sociais compensatórios: a experiência brasileira. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.69-116, Jan./Jun. 2013.

CORLETTI, Alejandra Pastorini. Elementos orientadores das reformas da proteção social na América Latina. **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 133-149, Jan./Jun. 2010.

DRUCK, Graça, FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. , p. 613-636, Florianópolis, v.10, n.1, p.24-34, jan./jun. 2007.

FILHO, Niemeyer Almeida. **Introdução**. Desenvolvimento e independência: cátedra Ruy Mauro Marini/ Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013.

FONTES, Virginia. Resenha crítica do livro “A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. Lúcia Maria Wanderley Neves (Org.). **Crítica Marxista**, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. MOTA, Ana Elizabete (Org.). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate à Pobreza e Desenvolvimento Humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade**. Tese (doutorado) – Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas; Ciências Sociais, 2008.

_____. **Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza**. Ijuí: Unijuí, 2011.

_____. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 97-117, jan./jun.2013.

MAURIEL, Ana Paula; NOVAES, Julia. O conceito de equidade sob os ajustes neoliberais: pressupostos teórico-ideológicos propagados pelo Banco Mundial e pela CEPAL. In: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2.; 2016. **Anais...** Maio, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. Ana Elizabete Mota. (Org.). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PASTORINI, Alejandra; MARTÍNEZ, Inés. Tendências das mudanças da proteção social no Brasil e no Uruguai: a centralidade das redes mínimas na América Latina. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2014.

PEIXOTO, Gabriela Soares. **A concepção de pobreza predominante nas agendas do Banco Mundial e do governo Lula da Silva no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional)–Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como Ator Político, Intelectual e Financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado)–Universidade Federal Fluminense; História, Niterói/ RJ, 2009.

UGÁ, Vivian Dominguez. “A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p. 55- 62, nov.2004.